Fundo eleitoral: União envia R$ 4,9 bi ao TSE; veja a divisão entre partidos

Na última segunda-feira (1º), a União, por meio do Tesouro Nacional, depositou na conta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a bagatela de R$ 4,9 bilhões. O depósito cumpre exigência legal e é relativo ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), o chamado "fundão eleitoral". É recurso do bolso do contribuinte que vai para os partidos políticos bancarem os seus candidatos na eleição de 2026.

Quando foi instituído, em 2017, o fundão tinha o objetivo de substituir o dinheiro das empresas, proibido naquele ano pelo Supremo, por uma fonte pública e fiscalizável.

A promessa era sanear as campanhas. Desde então, o instrumento virou a principal fonte de custeio eleitoral do país e não parou de crescer.

Detalhe: os valores atuais, quase R$ 5 bilhões, fazem deste o maior fundão eleitoral da história, bancado pelo contribuinte.

PP+ União - 953.620.919,36

PL - 886.725.429,92

PT + PC do B + PV - 720.770.657,45

PSD - 420.857.512,16

MDB - 404.489.211,61

REPUBLICANOS - 343.787.463,41

PODEMOS - 236.546.842,13

PDT - 173.848.450,45

PSOL + REDE - 162.566.198,88

SOLIDARIEDADE + PRD - 160.235.711,95

PSDB - 147.836.274,74

PSB - 147.523.622,93

AVANTE - 72.471.240,85

CIDADANIA - 60.143.809,94

NOVO - 37.019.632,68

AGIR 3.307.679,85

DC - 3.307.679,85

MISSÃO - 3.307.679,85

MOBILIZA - 3.307.679,85

PMB - 3.307.679,85

PCB - 3.307.679,85

PCO - 3.307.679,85

PRTB - 3.307.679,85

PSTU - 3.307.679,85

UP - 3.307.679,85

Excesso de dinheiro público

Os números denunciam a escalada. O governo propôs R$ 1 bilhão para 2026. O Congresso multiplicou a cifra por cinco. Entretanto, o discurso da austeridade segue intacto nos mesmos plenários.

Somada ao Fundo Partidário, estimado em R$ 1,4 bilhão, a cifra revela o que poucos brasileiros sabem: os partidos devem receber neste ano R$ 6,3 bilhões em dinheiro público.

R$ 6,3 bilhões

É a quantia em dinheiro público que os partidos devem receber em 2026

Quem leva a maior fatia

A divisão não é igualitária. A lei garante que não seja. Quase metade do fundo é repartida pelo número de cadeiras na Câmara.

A divisão oficial do fundo será divulgada no próximo dia 16 de junho, conforme a previsão legal. Entretanto, de acordo com um estudo divulgado pela Fundação 1º de Maio, ligada ao partido Solidariedade, o Partido Liberal (PL) deve liderar com R$ 886,7 milhões, quase 18% do total. Ele só perde o posto com a soma de União Brasil e PP, que formam agora a Federação União Progressista: R$ 953 milhões.

O PT (PT) aparece em seguida, com R$ 619,7 milhões. Como o partido integra uma federação com PCdoB e PV, o valor a ser recebido salta para R$ 720 milhões.

A lista segue com PSD (R$ 420 mi), MDB (R$ 404 mi), Republicanos (R$ 343 mi) e Podemos (R$ 236 mi).

Escrito por

Inácio Aguiar